

A presença das organizações humanitárias em paralelo com a presença das forças militares e de segurança

Fernando Nobre - AMI

Antes de finalizar com uma descrição da presença, muito parca infelizmente!, das organizações humanitárias portuguesas em paralelo com a presença das forças militares e de segurança, hoje geralmente no terreno “com objectivos humanitários”, importa fazer uma resenha histórica sobre essa matéria e uma análise sucinta sobre o desenvolvimento recente e consequências da presença das forças militares e de segurança em situações de conflito, precedidas ou seguidas de situações humanitárias graves. O que está aqui em causa, que fique claro desde já!, não é a presença “de per si” das forças militares e de segurança, que, evidentemente, sempre estiveram presentes em todos os palcos do conflito. O que é hoje questionável é a presença dessas mesmas forças quando é invocada a “razão humanitária” como justificativo determinante da sua presença, quando não da própria génese da intervenção militar, como aconteceu recentemente na Somália, na Bósnia, no Kosovo e até em Timor, no Afeganistão e no Iraque. É neste novo contexto, que efectivamente, as forças militares e as instituições humanitárias em geral acabam por ter que conviver. Se, neste novo contexto, as acções e verdadeiras motivações dos vários intervenientes não forem perfeitamente esclarecidas, entendidas e respeitadas “ab initium” pelos seus promotores, nomeadamente pelos Estados dominantes e suas forças militares, corre-se o enorme risco de essas acções serem perversa e perigosamente intrincadas numa total adulteração de princípios e géneros com as consequências gravosas, já sentidas na pele pelas agências humanitárias não governamentais e das Nações Unidas!, daí decorrentes.

1. Historial recente da presença das forças militares “por razões humanitárias”.

A presença de forças militares e de segurança internacionais por motivos humanitários desenvolveu-se resguardada no conceito do “direito” ou “dever de ingerência” defendido nos finais dos anos 80 pelos senhores Mario Bettati, professor de direito internacional público da Universidade de Paris II, e Bernard Kouchner, médico e homem político francês que foi um dos fundadores da Associação “Médecins Sans

Frontières”, instituição onde encetei a minha acção humanitária há 25 anos. Foi resguardada nesse “dever de assistência a povo em perigo” (que transcenderia as regras jurídicas tradicionais, pese embora o ideal generoso, rapidamente desvirtuado, que animou os seus promotores e a comunidade humanitária internacional), que os poderes políticos dominantes e as suas forças armadas começaram a marcar presença nas crises humanitárias. Na ausência de definição clara e universal do que seria um “povo em perigo” ou um “genocídio”(esta última palavra foi, inclusive, abusiva e repetidamente utilizada na questão do Kosovo para justificar e legitimar o ataque da NATO à Sérvia) a intervenção militar “humanitária” concretizou-se sobretudo com objectivos quase sempre pouco claros e transparentes, em regiões do mundo onde coexistiam nítidos interesses geopolíticos e económicos com certos estados “párias” ou “entidades caóticas ingovernáveis” sempre desestruturados, ou por governantes corruptos e facínoras, e/ou por conflitos atípicos (guerras levadas a cabo por grupos étnicos ou não com o objectivo de se apoderarem das riquezas naturais existentes no estado ou na área geográfica vandalizada) e/ou por embargos internacionais verdadeiramente genocidários, como no Iraque, cujos critérios de implementação são de duvidosa legitimidade humana.

Na história recente dos conflitos, a primeira vez que se invocou a urgência de um verdadeiro “direito de ingerência” foi aquando da intervenção militar de vários estados ocidentais no Kurdistão iraquiano, em Abril de 1991, após a primeira guerra do Golfo. Esse mesmo motivo justificou, em seguida, a autorização pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas da operação dos EUA “Restore Hope” (“Restaurar a Esperança”) na guerra civil da Somália em 1992. Para mim, porque a intervenção iraquiana no Kurdistão passou quase despercebida e porque estive, então, no caos de Mogadiscio..., foi a intervenção na Somália o verdadeiro detonador e ponto de partida para um novo paradigma no que diz respeito à intervenção humanitária. A partir daí, estruturou-se e banalizou-se, em muitos conflitos, a coexistência, de organizações humanitárias não governamentais e forças militares, presentes “por razões humanitárias”. Na mesma linha de pensamento e de acção, podemos ainda citar a intervenção francesa “Opération Turquoise” no Ruanda, em 1994, após o genocídio dos tutsis pelos hutus, e também as operações militares da NATO, que se mantêm!, na Bósnia-Herzegovina (1994-1995), na Albânia (1997), no Kosovo (1999) sem esquecer as várias intervenções das Nações Unidas na Serra Leoa, na Libéria, no então Zaire e, sob múltiplos pretextos, no Afeganistão e no Iraque. Considero que a intervenção militar em Timor, sob o auspício das Nações Unidas, em 1991, porque teve contornos jurídicos particulares e precisos, carece de uma leitura e interpretação ímpares. Porém, também neste caso, foram invocadas as razões “humanitária” e de “povo em perigo”, com total justificação!, para legitimar a intervenção.

É evidente que, já no passado recente, tinha havido a coexistência, no terreno, de forças militares e de instituições humanitárias. Para o exemplificar, bastará referir (estive presente em todos eles como cirurgião ao serviço dos Médecins Sans Frontières) a guerra Irão-Iraque (1981), o conflito Israelo-Palestiniano no Líbano (Beirute 1982) e as guerras Líbia-Chade (1981 e 1983). Nessa altura, porém, a intervenção militar não ousava ainda invocar “razões humanitárias” para a sua acção e a separação dos intervenientes no terreno, humanitários e militares, era clara! Eram conflitos abertos entre forças militares estruturadas que, como sempre, provocavam danos sérios nas populações civis junto das quais as instituições humanitárias não-governamentais intervinham, sem outro constrangimento senão o perigo inerente a qualquer teatro de guerra, no sentido de lhes prestar assistência. Com o conflito da Somália, abriu-se

porém uma nova página nas relações entre as forças militares e de segurança e as instituições humanitárias internacionais. É nesse novo contexto, incerto e em constante mutação para as ONG's humanitárias, que as pouquíssimas organizações humanitárias portuguesas também tiveram, têm e terão, já que esta nova situação não tem fim à vista, que encontrar novos equilíbrios para continuarem a actuar.

Desde a intervenção norte-americana na Somália, sob a cobertura, note-se, de uma decisão do Conselho de Segurança, as organizações humanitárias e evidentemente também!, as portuguesas, tiveram que se adaptar e se habituar à presença de forças militares e de segurança nos teatros de intervenção humanitária, interferindo directamente na ajuda humanitária. Forças militares, e aí está o ponto fulcral da problemática actual, que invocam hoje, quase sempre, como justificação para as suas intervenções, e até mesmo para a sua razão de ser!, a razão “humanitária”! Com essa fácil e perversa conduta, os Estados dominantes já não mais se mobilizam para resolver os urgentes problemas estruturais existentes, tais como o do subdesenvolvimento, da pobreza, da miséria, da má governação, da exclusão e da intolerância (étnica ou religiosa...), que têm de ser resolvidos no Mundo. Os Estados dominantes parecem ter optado, pelos vistos!, por deixar eclodir os conflitos, quando não os provocam!, utilizando depois o “humanitário”, mais mediático, como álibi para a sua inoperância, incapacidade e falta de acção política.

É neste contexto, completamente novo saliente-se, que as instituições humanitárias tiveram que aprender a sobreviver, a tentar resistir aos Estados com vocação “humanitária” e a ter como novel “parceiro” as forças militares e de segurança, com a sua novíssima, e nobilíssima!, mas questionável, motivação “humanitária”. Esta presença simultânea no terreno, por razões humanitárias!, de forças militares e de segurança e de organizações humanitárias independentes originou por vezes para estas, reconheço, uma melhoria casual e pontual da sua segurança e da sua capacitação logística (transporte e comunicações). Mas a que preço! Essa coabitação, com regras e comportamentos dúbios de comando e de coordenação criaram, no dia-a-dia, extremas dificuldades às instituições humanitárias independentes, nomeadamente no que diz respeito, em termos gerais, à sua própria segurança e à sua credibilidade, independência e neutralidade!, junto dos seus parceiros no terreno e dos povos a quem estes pretensamente, prestavam assistência humanitária.

Desde então, note-se!, os membros de organizações humanitárias começaram a ser friamente executados porque vistos, ou como fazendo parte da própria intervenção militar, ou como sendo “militares disfarçados de civis humanitários” ou, no mínimo, como coniventes, quando não informadores e espiões!, das intervenções militares. Estão assim explicados os trágicos massacres, impensáveis quando comecei na acção humanitária há 25 anos, dos funcionários das Nações Unidas, da Cruz Vermelha Internacional e das ONG's... nos teatros de operações “humanitárias” como aconteceu, e temo que volte a acontecer, em Bagdad e não só!

Simultaneamente, e não me parece que seja mero acaso!, ao desencadeamento e à implementação de todo esse novo processo “humanitário”, assistiu-se também, infelizmente, via condicionamento no acesso aos financiamentos públicos e institucionais, a uma tentativa de instrumentalização, subalternização, manipulação e subcontratação da intervenção humanitária independente, em benefício das acções

humanitárias dos Estados, via as suas forças militares, os seus serviços de emergência civil e de empresas multinacionais...

2. As organizações humanitárias portuguesas e as forças militares e de segurança no terreno

Descrever e analisar a presença das organizações humanitárias portuguesas em paralelo com a presença das forças militares e de segurança é extremamente frustrante e difícil, já que, em geral, tirando duas ou três situações concretas em que essa situação foi notória - Timor-Angola-Guiné - a esmagadora maioria das pouquíssimas, no máximo uma dezena, organizações humanitárias portuguesas (incluindo nessa denominação as delegações nacionais de algumas instituições humanitárias internacionais que actuam, enquadradas e tuteladas pelas suas casas-mães, sem autonomia nem responsabilidade político-financeira e...logística, o que evidentemente facilita grandemente a sua aparente mobilidade e operacionalidade ...) não tem capacidade efectiva de intervenção (seria extremamente moroso explicar todas as razões dessa incapacidade desde as históricas às burocráticas e sobretudo financeiras que limitam e prejudicam determinantemente a operacionalidade...) para actuarem, em geral, nas grandes crises humanitárias mundiais.

Segundo sabemos, sem meter a foice em seara alheia e correndo o risco de cometer alguns, poucos, lapsos e injustiças: em Angola, durante a década de 90, em contacto com capacetes azuis das Nações Unidas terão estado umas 6-8 ONGs portuguesas; na Guiné-Bissau (1998) umas 5-6; em Timor, umas 6-7, com as forças da coligação liderada pelos EUA; no Afeganistão-Paquistão (2001-2002) apenas 3; no Iraque (2003) só duas e na Jordânia (2003) só uma: de salientar que a Fundação AMI esteve presente em todas as situações atrás referidas. De notar também que todas as implicações, já anteriormente citadas, decorrentes da nova situação vivida no terreno da acção humanitária - implicação directa dos Estados via as suas forças militares e de segurança - foi sentida (e continua a ser!) no dia-a-dia das nossas acções humanitárias.

No que diz respeito à Fundação AMI, a sua vivência humanitária em paralelo com forças militares e de segurança no terreno humanitário é resumida no quadro descritivo.

3. Conclusões.

- A convivência, no terreno humanitário, entre instituições independentes não-governamentais e forças militares e de segurança, presentes por “razões humanitárias”, é relativamente recente, tendo tido início em 1991. Actualmente vive-se um novo paradigma, alicerçado na perversão do generoso conceito de “direito de ingerência humanitário”, cujas potencialidades e evidentes riscos importa ter em devida conta pelos actuais intervenientes na acção humanitária, se quisermos evitar mais tragédias como aquela que vitimou Sérgio Vieira de Melo em Bagdad, em 1993.
- Como maior potencialidade para o mundo não.governamental refira-se, em casos pontuais, uma maior segurança e o eventual incremento das suas capacidades logísticas (transportes e comunicações) se os meios militares forem postos ao seu serviço sem contrapartidas políticas, informativas...e se não implicarem nenhuma subjugação...
- Como riscos tremendos para a ajuda humanitária independente, sem fins políticos, económicos ou estratégicos saliente-se desde já: a perversão total do

ideal humanitário – o fatal atropelo dos conceitos de neutralidade e imparcialidade da ajuda humanitária - a insegurança, trágica e generalizada, instalada hoje em dia nos teatros humanitários para os agentes das instituições humanitárias genuínas. Tal facto é decorrente e resultante da total confusão vivida na “comunidade humanitária”, hoje transformada num verdadeiro saco de gatos onde já não está claro para ninguém, nem mesmo para as populações necessitadas, “quem é quem” no terreno humanitário: ONG’s, Agências das Nações Unidas, Estados, OSCE, Forças Militares, Forças Policiais de Segurança, Empresas Multinacionais...

- A experiência das organizações não governamentais portuguesas com esta nova situação é escassa, mas já suficiente para estarem conscientes e alertadas quanto ao perigo da mistura de géneros e à não clarificação dos objectivos das missões no terreno humanitário, por parte das organizações humanitárias, dos militares e outros...
- Este novo paradigma, vivido no campo humanitário, fragiliza ainda mais a já fraca capacidade de intervenção e independência!, das organizações humanitárias portuguesas. Não obstante a sua grande debilidade, devida ao seu aparecimento tardio, ao seu pouco reconhecimento no contexto político e orçamental nacional, à pouca cultura solidária no país para as questões humanas globais e ao fraco tecido económico do país, as ONG’s humanitárias portuguesas continuam a pugnar (pese embora a sua parca capacidade financeira, operativa e logística) , num contexto de enorme competitividade e complexidade, insisto!, pela sua presença efectiva no campo humanitário, transformado por vezes num autêntico palco militar e mediático! Efectivamente, e não vale a pena esconder o sol com a peneira das nossas fragilidades estruturais, para que uma organização humanitária possa estar presente nessas situações de alto risco é fundamental que disponha de capacidade financeira e também de capacidade logística e organizativa que não se coadunam com amadorismos. Não descuremos o facto de que um dos aspectos essenciais nas missões humanitárias actuais que importa devidamente acautelar, cada vez mais!, é a questão da segurança dos próprios membros em missão. Tal facto requer dispositivos de segurança internos, de alerta e esquemas de evacuação, o que exige meios de comunicação sofisticados e custosos!
- A análise que a AMI faz da presença simultânea de uma instituição humanitária portuguesa com a presença de forças militares e de segurança (por vezes portuguesas, como foi no caso de Timor, em Moçambique e em Angola, na Bósnia, no Kosovo e, mais recentemente, no Iraque) é que a nossa intervenção foi pontualmente ajudada em questões de segurança e, por vezes, facilitada em termos de acesso a meios logísticos ímpares (de que só as forças militarizadas podem dispor, nomeadamente ao nível do transporte e das comunicações). Também, verdade seja dita que, excepcionalmente, chegámos a beneficiar das boas relações existentes entre os nossos militares e as autoridades locais (no caso em apreço entre o Batalhão português e as entidades locais de Rogatica, na Bósnia) o que nos facilitou, nesse caso concreto, a reabilitação do hospital de Rogatica! Nessas situações “limite”, haverá sempre que abordar a questão, com franqueza e cautela entre todas as partes envolvidas para que não se instalem relações dúbias...Ao contrário, na Macedónia, no Afeganistão e no Iraque, a coexistência, no terreno humanitário, de forças militares e de segurança e de organizações humanitárias não-governamentais foi particularmente nefasta para estas, no que diz respeito à sua segurança, neutralidade, movimentação e

independência de acção. Chegou-se ao cúmulo, na Macedónia, de as forças militares presentes, não portuguesas!, filtrarem, sob o critério da nacionalidade das ONG's!, o acesso destas organizações aos campos de refugiados kosovares e, no Iraque, de ser ter sugerido às organizações humanitárias não-governamentais que se deslocassem só integradas em colunas militares e que andassem armadas...o que a AMI e outras sempre recusaram, pese embora os riscos reais existentes, criados sobretudo pela enorme confusão de intervenientes na “ajuda humanitária”!

- Parece-nos fundamental que se deixe de invocar, por parte dos Estados e das forças militares e de segurança, o argumento humanitário, tantas vezes repetido, para justificar as acções militares dos Estados ocidentais em África, nos Balcãs, no Próximo e Médio Oriente... e que os militares em missão andem sempre fardados e que não façam, militares no activo ou “reservistas”, acções humanitárias trajados à civil.
- É fundamental que também se considere e respeite, pese embora as suas insuficiências, o sistema jurídico internacional consagrado na Carta Magna das Nações Unidas que é, sem dúvida nenhuma, menos mau que um sistema que integraria a generalização de “um direito de ingerência humanitário” susceptível de abrir horizontes a todos os desvarios, como já se viu!

A finalizar, e a título meramente ilustrativo, gostaria de contar apenas dois casos em que a AMI esteve directamente envolvida e que estão relacionados com o novo paradigma humanitário abordado no texto.

- No primeiro, fomos beneficiados com a presença de militares e de forças de segurança no terreno: foi em Timor, em 2001, quando, a uma certa altura, três jovens timorenses, perseguidas por uma turba em fúria, se refugiaram no nosso centro de saúde em Díli. Essa multidão tentou incendiar o centro de saúde da AMI, depois de o ter apedrejado, acto tresloucado que não teve maiores consequências devido à rápida intervenção das forças de segurança das Nações Unidas, então presentes em Timor.

- Ao lado deste acontecimento positivo, temos, infelizmente, de referir outro mais negativo que se prende, também ele, com questões de segurança devido à confusão instalada nos espíritos sobre “quem é quem” no campo humanitário. Efectivamente, a presença militar e das forças de segurança no terreno veio sobretudo complicar a própria imagem que as populações socorridas e as entidades locais tinham das ONG's e das agências das Nações Unidas (recordem-se os recentes atentados em Bagdad contra as instalações das Nações Unidas e das do Comité Internacional da Cruz Vermelha). No nosso caso, o incidente trágico ocorreu no Ruanda, em Janeiro de 1997, quando três espanhóis de uma organização humanitária foram friamente executados a 9 km da nossa missão. Tal barbaridade provocou, na altura, a saída da AMI do Ruanda e de outras ONGs internacionais: tínhamos todos percebido a mensagem política...

Cidadania e Autonomia

O assumir da nossa cidadania implica, à partida, termos a correcta e completa noção dos nossos deveres e dos nossos direitos enquanto cidadãos. Em seguida, pugnamos pela defesa desses nossos inalienáveis direitos, nunca esquecendo no entanto, também, os nossos inquestionáveis deveres de solidariedade activa para com os outros, a Sociedade Humana e a Terra.

Para que uma Sociedade Humana seja equilibrada, sustentada e harmoniosa, é fundamental que se apoie em três pilares–força igualmente essenciais: O Estado, o Mercado e a Sociedade Civil. É no respeito e na conjugação de esforços, quanto baste, sem que haja a tentação de nenhum deles silenciar ou controlar os outros, que poderemos todos avançar em tranquilidade, estabilidade e segurança, na construção da sociedade e do Mundo que todos desejamos.

O conceito de cidadania que, quanto a mim, só pode existir e sobreviver se sempre associado ao binómio deveres–direitos, tem que estar sempre presente na mente das pessoas que actuam no seio dos três pilares–força atrás referidos. Assim, teremos, e não é nenhum eufemismo simplista nem nenhuma “palissade” (coitado do inocente General “de la Palice”), políticos-cidadãos, magistrados-cidadãos, polícias-cidadãos, funcionários-cidadãos, jornalistas-cidadãos, empresários-cidadãos..., e nós, “simples” cidadãos, pugnando sem nunca fraquejar por uma Sociedade Civil livre, autónoma, responsável, activa e interveniente, essencial ao progresso e à Democracia.

Assim actuando conseguiremos todos um dia construir a Sociedade Humana sempre sonhada mas ainda não alcançada, simbolicamente representada na face da pirâmide: no vértice – cume da sua evolução - o Social, enquanto como preocupação prioritária e objectivo final; na base, o Estado e o Mercado como sustentáculos contribuindo para que se atinja tão nobre fim. Para que as Sociedades Civis organizadas, constituídas por cidadãos livres e positivamente críticos, possam ser verdadeiramente actantes e “consciências vivas”, é absolutamente indispensável, quanto a mim, atingirem uma

autonomia, nomeadamente política e financeira, sem a qual mais não seriam que entidades subcontractadas e manipuláveis.

É por isso que, no quadro da AMI sempre pugnei e continuarei a pugnar pela sua autonomia política, independentemente das minhas próprias opiniões, e financeira, fazendo tudo para que seja junto da sociedade civil portuguesa que tenhamos o nosso maior apoio. Cidadania e autonomia são, pois, indissociáveis se quisermos ter cidadãos livres e não cidadãos serventuários. É indispensável que a sociedade civil portuguesa, se não quiser estar ou vir a estar, enfeudada ao Estado ou ao Mercado, compreenda e apoie as suas ONG's (Organizações não-Governamentais) nomeadamente com ideias, participação cívica, tempo e dinheiro. Isto, para mim, é indubitável.

P.S.: Experiência positiva: a mobilização da sociedade civil portuguesa em relação à causa de Timor. Experiência negativa: a fraqueza e a pouca autonomia da sociedade civil portuguesa para travar a tempo o desperdício e a loucura financeira do EURO 2004.